

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 19/11/2018

- [Vara da Infância de Goiana promove curso sobre Justiça Restaurativa](#)
- [Diálogo Brasil aborda demora no cumprimento de decisão do Supremo](#)

**Assunto:** Vara da Infância de Goiana promove curso sobre Justiça Restaurativa

**Fonte:** Tribunal de Justiça de PE

**Data:** 19/11/2018



A Vara Regional da Infância e Juventude da 5ª Circunscrição, em Goiana, realiza, no período de 19 a 22 de novembro, o curso “Introdução à Justiça Restaurativa na Escola para uma Cultura de Paz”. O objetivo é apresentar técnicas e estratégias de como abordar o conflito e a violência na escola no intuito de garantir uma convivência pacífica e duradoura.

A capacitação será oferecida a 50 profissionais de educação das redes pública e privada, além de outros agentes que trabalham com crianças e adolescentes como conselheiros tutelares, psicólogos, assistentes sociais, além de membros do Judiciário, Ministério Público, Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Social da Indústria (Sesi). A iniciativa acontece no auditório do Sesc LER Goiana, das 8h às 12h e das 13h às 16h30.

A Justiça Restaurativa busca um novo olhar sobre o conflito e a violência. A técnica procura perceber o ato de violência de forma mais ampla, abrangendo a perspectiva da vítima, do meio e do agressor, buscando-se formas de responsabilização e de restauração das relações atingidas pelo conflito. Em Goiana, o curso é realizado em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), a Secretaria Municipal de Educação e o Sesc.

**Assunto: Diálogo Brasil aborda demora no cumprimento de decisão do Supremo**

**Fonte: Agência Brasil EBC**

**Data: 19/11/2018**



O cumprimento do *habeas corpus* coletivo concedido pelo Supremo Tribunal Federal, no início do ano, para que presas grávidas, lactantes e com filhos de até 12 anos, sem sentença definitiva, tenham direito a prisão domiciliar vem sendo implementado de maneira lenta no país. “Realmente, não está indo na velocidade proposta pelo Supremo”, admite a coordenadora-geral de Promoção à Cidadania do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Mara Fregapani

Barreto.

Ela e a professora da Universidade Estadual do Piauí Bruna Stefanni, coordenadora do laboratório do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Regional do Distrito Federal, são as convidadas do programa *Diálogo Brasil*, que vai ao ar nesta segunda-feira (19), às 22h15, na **TV Brasil**.

Mara Fregapani explica que, apesar do *habeas corpus* coletivo, quem dá a palavra final é o juiz de cada processo, sendo necessária a avaliação caso a caso. Segundo ela, havia 10,8 mil mulheres encarceradas nas condições previstas pelo Supremo, em fevereiro, quando a segunda turma da Corte tomou a decisão. No mês passado, esse número havia caído para 9,7 mil.

“O que é mais prejudicial para a sociedade: a prisão dessas mulheres ou o abandono que a prisão dessas mulheres pode provocar em suas famílias, em suas comunidades? ”, questiona a professora Bruna Stefanni, lembrando que nos últimos 16 anos esse tipo de encarceramento aumentou 680%. “Somos a quarta população prisional feminina no mundo”, acrescenta.

Ela observa que metade das presas são jovens entre 18 e 24 anos e 62% cumprem pena por tráfico de entorpecente. “Muitas delas levando a droga na hora da visita pro seu companheiro ou pra quem determinado”, conta a professora.

Também participam do programa, com depoimentos gravados em vídeo, a pesquisadora e professora do Mackenzie Bruna Angotti, estudiosa do encarceramento feminino e da maternidade de mulheres em situação de prisão, e o promotor de Justiça titular da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Grossa (Paraná), João Conrado Blum Júnior, um crítico do *habeas corpus* coletivo concedido pelo Supremo.